

PAÍS E REGIÃO: DESIGUALDADES E PRECONCEITOS
REGIONAIS NO BRASIL

*Clóvis Cavalcanti**

"O Brasil é um país plural."

- Gilberto Freyre

*"Dividindo a partir de Salvador o Nordeste seria
outro país, vigoroso, leal, rico e feliz."*

*- Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova, **Nordeste
Independente***

1. INTRODUÇÃO

Há algum tempo, percebendo como na América Latina existe uma crise de identidade (afinal, o que somos?), comecei a tentar entender por que existe certa má vontade do "Sul" (especialmente, em São Paulo-Paraná-Rio Grande do Sul) contra o "Norte" (especialmente, Nordeste, mas também Amazônia), e vice-versa. Meu interesse era observar se a crise de identidade dos países latino-americanos (Albó, 1988), sobretudo dos que, como Peru, Bolívia e Guatemala, possuem forte tradição indígena, teria a ver com a falta de comunhão de certos valores, dentro do Brasil, entre "sulistas" e "nortistas". Na verdade, por mais que se apele à retórica para realçar a condição do Brasil de país grande, demonstrando

* *Superintendente do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, Recife.*

que isso é um privilégio — porque não temos irredentismos à País Basco nem impulsos de faxina étnica ou simples conflitos raciais —, o fato é que há tremendo preconceito no chamado Sul, ou Centro-Sul, contra os brasileiros que habitam o país da Bahia para o norte, a que corresponde uma atitude, no lado de cá, de inconformismo, revolta e frustração em face dos variados desníveis regionais que são um predicado da sociedade brasileira (ao lado de seus desníveis de classe). Atribuem-se tais desníveis, em muitas esferas sociais do Norte-Nordeste, a uma espécie de “conspiração” sulista, em que as elites econômicas se aliam às elites políticas e intelectuais para solidificar o padrão de desigualdade assinalado. Por sua vez, no Sul admite-se com frequência que uma atitude de separatismo animaria os habitantes do Norte, a qual se identificaria em muitas coisas levadas a cabo nas regiões setentrionais do país. É o caso, por exemplo, do movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre, em 1926, no Recife. É o caso do movimento de insatisfação desencadeado pela seca de 1958, que levou à eleição naquele ano de uma safra de governadores no Nordeste menos comprometidos com as oligarquias tradicionais e a que se seguiu a criação da SUDENE em 1959.

Mas o que tem isso a ver com a crise de identidade da América Latina? É que a mim parece que vivemos no Brasil também uma crise de identidade. O nordestino que chega a São Paulo e é genericamente chamado de “baiano” percebe que sua integração aos parâmetros do perfil paulista é dolorosa e esbarra em inúmeros preconceitos. O uso de expressões como “pau-de-arara” e “cabeça-chata” para caracterização de nordestinos, mesmo aqueles mais afluentes ou de nível de educação mais alto; a referência a expressões como “bichinho” (pronunciadas “cantando”, em grotesca imitação do sotaque ou dos sotaques do Nordeste); a alusão a um estereótipo do homem do Nordeste como um indivíduo que está sempre portando uma peixeira, etc. — tudo isso indica a natureza de uma atitude viciada, preconceituosa e reveladora de menosprezo dos habitantes das áreas mais ricas do Brasil relativamente às mais empobrecidas. Note-se que não é a mesma coisa que a atitude da classe rica quanto aos pobres. Dentro de uma mesma classe, percebe-se um comportamento preconceituoso sulino *vis-à-vis* do nortista ou mais particularmente do nordestino. Isso se dá, por exemplo, dentro dos estratos acadêmicos. Tenho tido a oportunidade de presenciar, pessoalmente, no âmbito do CNPq (onde já fui membro

de Comitê Assessor, em 1975-1977, e da antiga Consultoria Científica, em 1980-1983), atitudes regionalistas de pessoas de São Paulo e de outros centros sulinos com respeito ao Nordeste — muitas vezes, por conhecimento insuficiente dos valores desta região. Fora do CNPq também, como atesta um episódio ocorrido no ano passado (1992), quando uma pernambucana, eleita em primeiro lugar, por toda a comunidade, na lista para diretor de um centro paulista, foi preterida pelo segundo nome por ser, ao que se comenta, “pernambucana”, ou seja, nordestina. O absurdo dessa postura torna-se ainda mais revoltante quando se constata que a pernambucana em causa tem doutorado e é uma cientista respeitada em sua área profissional.

2. INCOMPREENSÕES REGIONAIS

É comum uma certa divisão do trabalho intelectual entre os economistas brasileiros em que os assuntos “nacionais” (inflação, dívida externa, política fiscal, etc.) são atribuídos a investigadores do Sul, enquanto os assuntos de natureza “regional” (disparidades de níveis de vida, incentivos fiscais, desenvolvimento da periferia, etc.) são compartilhados entre sulistas e nortistas. Isso acontece nas reuniões científicas que se dão cada ano. Não é frequente um nordestino falar em São Paulo sobre hiperinflação, mas a coisa mais rotineira um paulista discorrer sobre o problema em Salvador, no Recife ou em Belém. A nomeação de um pernambucano para ministro da Fazenda — Gustavo Krause — em 1992, suscitou as mais absurdas e irracionais reações de parte de diversos setores da sociedade sulista apenas porque o indicado provinha de uma região que, normalmente, não produz gestores da economia do país (embora possa fornecer gerentes para o desenvolvimento regional, a ação social ou a habitação). A prefeita Luíza Erundina chegou a afirmar que se sentia mais discriminada em São Paulo por ser nordestina do que por sua condição de mulher! (O jornalista Luís Francisco Carvalho Filho, em artigo na *Folha de São Paulo* de 15 de novembro de 1988, p. A-2, dizia que “Erundina conseguiu afastar a pecha de ‘nordestina’”. E o notório Paulo Francis, num afã imbecil de grafar uma presumível pronúncia do Nordeste, escrevia grotescamente em seus artigos na *Folha de São Paulo* o nome da então prefeita paulista como “Éründüna”.)

Há alguns anos atrás preparei pequeno estudo sobre as desigualdades regionais no ensino e pesquisa na pós-graduação nas ciências sociais brasileiras. Os resultados da investigação (Cavalcanti, 1985) revelaram como, tomando para termo de referência a base demográfica, no Norte e no Nordeste há relativamente menos cursos de mestrado e doutorado, menos alunos matriculados na pós-graduação, menos professores e pesquisadores em mestrado e doutorado e menos docentes em geral. Ora, se lembrarmos que o desenvolvimento da ciência requer uma massa crítica de recursos humanos, há-de se concluir que as regiões periféricas do país, a prevalecer o paradigma observado, tenderão a ficar ainda mais marginalizadas no âmbito da pesquisa. Na verdade, a captação de recursos para a ciência requer, por exemplo, uma base de pesquisadores seniores, condição que no Norte/Nordeste é comparativamente menos satisfeita. Essa é a realidade de nosso país — plural, sim, mas sobretudo desigual e, pior que isso, carregado de preconceitos e vieses.

Entre os cientistas sociais, a competição de nordestinos com os colegas do Sul é claramente desvantajosa para os primeiros, como dá prova disso o meu estudo de 1984 (apresentado originalmente na reunião da SBPC em São Paulo, em 1984, e publicado em 1985). Não são permeáveis para nós as estruturas de associações como a ANPOCS, sob comando absoluto de cariocas e paulistas, com representações que os anglófonos chamariam de *token* (simbólicas, perfunctórias) de nortistas e nordestinos. O mesmo se dá em relação à SBPC, CNPq, CAPES, etc., não valendo as justificativas invocadas para isso com base em critérios demográficos. No entanto, será que a qualidade da nossa ciência — a que se produz no Nordeste e na Amazônia — seria inferior em relação à dos sulistas em geral? Penso que não, até porque se não produzirmos, no Norte ou no Sul, ciência do mesmo nível da que se faz no Primeiro Mundo, seremos fatalmente esquecidos sem maior perda de tempo. Mas tenho um argumento ainda mais convincente a favor do trabalho científico de norte-nordestinos. Em 1984, fiz parte da comissão de cientistas sociais que indicou ao CNPq os nomes (dois) entre os quais se escolheria a quem premiar com o Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia (hoje Prêmio Álvaro Alberto), que se destinava naquele ano às ciências sociais e da saúde (cada ano são contemplados dois campos do saber). Pois bem, a comissão, que era integrada apenas por dois nordestinos,

um dos quais radicado em São Paulo (o urbanista Milton Santos), num total de 10 pessoas, propôs os nomes de Gilberto Freyre e Celso Furtado — dois nordestinos — para a láurea. Curioso é que, na decisão de encaminhamento de minhas sugestões de premiáveis, resolvi consultar um grupo de cerca de 60 pessoas, pedindo que cada uma fornecesse três indicações suas de pessoas qualificadas para o prêmio do CNPq. Apuradas as sugestões, os dois nomes mais votados - de modo espontâneo - foram exatamente os dois que a comissão terminou por aprovar (Celso Furtado acabou sendo o escolhido do CNPq). Mais interessante ainda é que, até então, em diversas áreas científicas contempladas pelo CNPq, duas cada ano, metade dos premiados tinha sido de naturais do Nordeste.

É no contexto real, verdadeiro, inegável desses fenômenos que se forma uma visão do Brasil como a de um país não só heterogêneo e desigual, mas formado de grupos humanos que se distanciam e confrontam por suas origens geográficas. Não quero dizer com isso que o problema regional tenha maior impacto e significado do que o problema social, da desigualdade abismal de classes do país. Em 1962, o então estudante e, hoje, ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, apresentou uma "tese" — como era comum na época — no I Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Econômicas, no Recife, do qual fui um dos organizadores, intitulada "O Colonialismo Paulista e a Integração Nacional", que provocou reações enfurecidas dos colegas de São Paulo. Respondendo a eles, Haddad disse que a palavra colonialismo ali estava empregada "no bom sentido"... É óbvio que, se não se pode falar, a rigor, num colonialismo paulista, a posição de Paulo Haddad espelha um mínimo de compreensão da questão regional que se tem em muitos círculos no Brasil. Entre o povo, é costumeira a observação de que São Paulo controla os destinos do país, submetendo-os a seu alvitre. Eu próprio tenho ouvido, inúmeras vezes, em estádios de futebol, comentários de pessoas comuns sobre resultados de partidas envolvendo times do Nordeste e do Sul que supostamente favoreceriam os últimos por conta da "conspiração" que existiria aí contra os nordestinos.

Acompanhando como pesquisador social manifestações desse e de outros tipos com respeito ao que se poderia denominar um tanto vagamente de questão regional, não posso deixar de registrar que há no Brasil uma visão do Sul sobre o Nordeste e deste sobre aquele que nos conduz ao domínio da consideração, já não do simples

regionalismo, mas do próprio separatismo. Não quero dizer com isso que exista no país um sentimento separatista solidificado e que alguém esteja planejando criar países dentro do Brasil. Todavia, percebe-se uma certa sensação de que talvez o Brasil, do jeito que é, comporta de fato mais de uma nação em seu interior. João Cabral de Melo Neto, tratando do caso de Pernambuco, fala que se pratica aí “a insubserviência de quem já foi mais” (Dantas, 1987). Aliás, a independência de Pernambuco é de 5 de outubro de 1821. Em 1822, aderindo ao recém-criado Reino do Brasil, a província, segundo pensam muitos pernambucanos, voltou à situação colonial de antes, mudando apenas de dono. É o que dizia, por exemplo, o ilustre filho da terra, que chegou a fazer parte de uma junta governativa provincial, Gervásio Pires Ferreira (1765-1836), salientando que os interesses de Pernambuco não coincidiam nem com os de Lisboa nem com os do Rio de Janeiro (Gonsalves de Mello, 1985). Posicionamento semelhante pode ser identificado em outras partes do país. Em São Paulo, por exemplo, a Revolução Constitucionalista de 1932, soa para muitos com um timbre separatista. Mas mesmo que se argumente que entre os paulistas não se nutre o separatismo, é certo que lá se constata determinado tipo de arrogância regionalista: a de o estado ser o dinamo de um país sem poder para transmitir a outros pedaços do território, por debilidade destes, a força ali gerada. Eu mesmo testemunhei em agosto de 1974 destacado economista da FIEP/USP afirmar, durante sessão plenária do 1o. Encontro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, patrocinado pelo governo paulista, que “São Paulo era uma locomotiva que arrastava vinte vagões vazios”. Na ocasião, reagi ao preconceito e tive até o apoio de paulistas na minha indignação.

Um fato insólito que me levou a refletir mais em relação ao problema do possível sentimento separatista que existiria no país — no caso, como atributo da Região Nordeste — foi a música *Nordeste Independente (Imagine o Brasil)*, de autoria de dois poetas populares nordestinos, Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova, cantada em janeiro de 1986 no fecho de um festival de repentistas na cidade de Olinda, Pernambuco. O festival tinha sido um espetáculo de excelentes exhibições de cantadores e estava se encerrando, já passada a meia-noite, com a canção em causa, interpretada pelo próprio Ivanildo Vila Nova. O público havia diminuído e estava meio sonolento. Muita gente, sob o efeito do álcool (a festa era ao ar livre) nem se dava conta direito do que estava acontecendo. Pois bem, quando

começaram a ser pronunciados os versos da música, da modalidade “martelo” ou décima de decassílabos — “Já que existe no Sul esse conceito / que o Nordeste é ruim, seco e ingrato, / já que existe a separação de fato, / é preciso torná-la de direito. / Quando um dia qualquer isso for feito, / todos dois vão lucrar imensamente / começando uma vida diferente / da que a gente até hoje tem vivido. / Imagine o Brasil ser dividido / e o Nordeste ficar independente”, etc. —, o público despertou e passou a aplaudir o cantor a cada verso ou expressão mais significativa da canção. Foi um final apoteótico, espontaneamente apoteótico, que me deixou completamente emocionado e atordoado. Pode-se até dizer que os repentes, tão caros à alma nordestina, cantados ao longo de três noites movimentadas (sexta a domingo) pelos melhores cantadores da região, prepararam a platéia para o clímax do encerramento. Mas o que existia mesmo nessa ocasião era cansaço, anulado totalmente pela música, surgida de forma inesperada. Sem ser amplamente conhecida, ela já fora tocada no rádio, com interpretação de Elba Ramalho, mas caiu sob as vistas da censura, que a retirou do ar sob a alegação de que fomentava a dissensão interna, comprometendo a unidade nacional. Evidentemente que a censura — arrimada em seus discutíveis conceitos de segurança interna — tratou de invocar motivos para usar seu poder arbitrário de intervir nas manifestações culturais. Só que isso apenas abafava o sentimento espontâneo da população nordestina em favor de alguma coisa que traduz valores regionais autênticos. Tavares e Vila Nova não compuseram uma melodia com fins subversivos, revolucionários ou de incitamento à separação. Eles apenas, com humor, deram curso a opiniões que muitos nordestinos — numa tradição que remota a Antônio Conselheiro — cultivam na alma regional.

3. QUESTÃO REGIONAL, IDENTIDADE REGIONAL, SEPARATISMO

Em face dessas realidades e de interpretações dos fenômenos com elas correlacionados como as de Wilson Cano (1985), Inaiá Carvalho (1987), Chico de Oliveira (1978), Otamar de Carvalho (1985), Leonardo Guimarães (1989) e outros, que enfatizam aspectos ligados aos problemas nacionais, inclusive a questão social, o processo de acumulação capitalista e a quebra pelo capital de fronteiras e limites econômicos, políticos e administrativos para

criar sua área de dominação, resolvi questionar um grupo de pessoas dos meios universitários e cultural sobre essa problemática. Para tanto enviei um questionário específico sobre o assunto a 98 pessoas, 36 das quais tiveram o cuidado de me responder, algumas desenvolvendo verdadeiros ensaios em suas réplicas. Basicamente, o que indaguei aos meus entrevistados (em agosto de 1988) foi o seguinte: (1) caracterização da questão regional do Brasil; (2) grau de heterogeneidade do país; (3) a possível existência de uma identidade regional no, e do, Nordeste; (4) como enfrentar o problema regional no Brasil; (5) posicionamento do entrevistado em relação à música *Nordeste Independente*, cuja primeira estrofe reproduzi no questionário; e (6) como via a hipótese de o Brasil fragmentar-se em uma série de países e como se escapar do modelo concentrador, em termos regionais, da atividade econômica, política e cultural no Brasil. Pessoalmente, tenho a minha posição com relação aos assuntos da lista exposta aos entrevistados. Por outro lado, nas conversas de rua, na feira, na família, etc., percebo uma vaga noção de regionalismo nordestino que as pessoas em geral nutrem. É algo que J.F. Gravier (1970) aborda em seu trabalho *La Question Regionale*, ao caracterizar o movimento regionalista em várias partes do mundo como um sentimento difuso, mas de intensidade crescente, de afirmação da pessoa com respeito a um lugar, para escapar ao anonimato jacobino, à uniformidade das megalópoles concentradoras — algo como a busca de uma personalidade enraizada em um território e numa história. Na verdade, o regionalismo parece uma manifestação de repúdio explícito aos centralismo, a procura de uma descentralização geral com respeito aos poderes de decisão. É assim que vejo a questão, que resulta de fato, a meu ver, de o Brasil ser um país grande demais — como o são, aliás, a Rússia, a China, os Estados Unidos, o Canadá. Esse tamanho tem um ônus — ou vários. Nossa obrigação é encará-los com realismo.

Não se pode afirmar, como fazem alguns (ver Inaiá Carvalho, 1987), que a postura regionalista seja uma falácia teórica e um equívoco político quando se percebe, como quer Amílcar Tupiassu (1987), que "Em Termos político-ideológicos, há um ponto em que se poderá dizer, paradoxalmente, que um certo mecanismo 'brasileiro' não passaria de um regionalismo em favor do Sudeste". Por outro lado, se está correta a constatação de que a industrialização brasileira e a constituição do mercado interno

nacional levaram à articulação e à integração regional, não se pode ignorar (ver PIMES, 1984) a verificação de que, com muita frequência, a ação do Estado, através das políticas macroeconômicas e de desenvolvimento setorial, por serem indiferenciadas regionalmente e se destinarem fundamentalmente à viabilização da expansão capitalista a partir do centro hegemônico da economia, teve efeitos inibidores e perversos com relação ao desenvolvimento das áreas periféricas. A experiência brasileira é de expansão do capitalismo de forma bastante desigual em que os interesses das regiões dinâmicas, ao invés de induzirem transformações nas regiões periféricas, concentram cada vez mais os resultados da mudança. Os investimentos públicos de caráter estratégico, procurando maior rentabilidade, terminam se reproduzindo mais espontaneamente nos centros do país, fenômeno que não se limita à esfera estritamente econômica, mas que ocorre também em outros setores, como o da educação, ciência e tecnologia.

No questionário que apliquei, as respostas dadas colocam o problema, salientando a desigual evolução das regiões brasileiras e suas distintas capacidades de influir nas decisões governamentais. Um dos entrevistados (meu universo de respondentes compreendeu 33 pessoas ligadas a atividades universitárias ou de pesquisa e três não-acadêmicas) expôs a argumentação de que o processo de industrialização exacerbou as relações desiguais, construindo uma estrutura econômica que impõe como condição de sua existência a desigualdade regional, semelhante ao modelo de crescimento desigual entre países ricos e atrasados. Assim, segundo outro entrevistado, o modo de produção capitalista e a estrutura de classes estabeleceu-se desigualmente — o Nordeste como reserva de mão-de-obra, de mercado para a industrialização de São Paulo. Um terceiro entrevistado assinalou que não é certo postular que a questão regional é antes uma questão social — ou seja, um conflito entre o capital e o trabalho. Isto porque (a) o estudo do problema regional não se esgota no estudo do conflito entre o capital e o trabalho, e (b) não há somente um conflito entre capital e trabalho, mas também um conflito entre capital e trabalho localizados em algumas áreas do país com o capital e o trabalho localizados em outras áreas do espaço nacional. Ou seja, a dimensão espacial é básica na análise da economia brasileira, de seu desenvolvimento (ver, a propósito, Galvão, 1987). Este é um dos pontos mais polêmicos da discussão sobre a questão regional, uma vez que há os que consideram, como

Wilson Cano (1977), que a periferia no Brasil deve seu atraso ao não-desenvolvimento de relações capitalistas de produção mais avançadas e à não-diversificação de sua estrutura econômica.

Embora minha pesquisa não tenha tido uma preocupação quantitativa, poucos foram os respondentes ao questionário que negaram a diferenciação regional sensível que existe no Brasil, diferenciação essa que se expressa inclusive em atitudes de indisfarçável preconceito cultural sulista em relação ao Nordeste. Não houve quem tentasse em suas respostas, por outro lado, apresentar a região nordestina como o primo pobre, o coitadinho a merecer comiseração dos irmãos mais afortunados da nação (embora um entrevistado tenha falado do Nordeste como "enteado"). Ao contrário, a tendência geral das respostas foi a de salientar que estruturas arcaicas no Nordeste são um fator que obsta a superação dos desníveis, o que não impede de reconhecer o problema regional como um desajuste entre propósitos de vida de espaços distintos do território brasileiro, espelhando uma situação de raízes históricas bastante antigas e que têm a ver com a evolução econômica do país e a formação sócio-cultural dos diversos grupos que o integram. Houve uma tendência a salientar a unidade linguística do Brasil, que envolveria também crenças e objetivos comuns da população brasileira e sua consciência de Nação. Simultaneamente, outra tendência dos entrevistados foi ressaltar a enorme heterogeneidade do país, envolvendo inclusive uma assincronia estrutural no processo de avanço do capitalismo, com ritmos diferentes de uma região para outra e profundas diferenças em suas estruturas produtivas, a despeito da integração industrial e de mercado do país. Na verdade, do ponto de vista econômico, a distância que separa São Paulo do Piauí, por exemplo, equivale à que se interpõe entre a Dinamarca e a Guatemala (Cavalcanti, 1978). Esse não é um dado à toa. Seu significado exprime a dificuldade não só de superar o hiato inter-regional brasileiro, como também de explicá-lo, permanecendo essa característica como um desafio à interpretação da moderna ciência social.

A razão que me levou a buscar um grupo selecionado de pessoas e perguntar-lhes o que pensam sobre o problema regional no país, foi justamente o desejo de verificar a dispersão de opiniões consistentes sobre um tema de tanta envergadura. Avaliar a questão regional não é uma tarefa que se possa levar a cabo com a construção de indicadores macroeconômicos ou matrizes de relações

interindustriais. A questão possui ingredientes sócio-político-culturais de difícil compreensão. Aos nordestinos em geral incomoda a situação da região no cenário nacional. Em 1982, quando Tancredo Neves, então eleito governador de Minas Gerais, classificou o PDS, partido do regime militar, como o "partido do Nordeste", por terem sido eleitos como governadores na região apenas candidatos pedessistas, o que não aconteceu no Sudeste e no Sul, onde a oposição colheu expressivas vitórias, definiu-se um estigma de conservadorismo para o Nordeste que ainda não se superou. Há outros estigmas desse tipo que levam muitas pessoas a temer assumir uma posição regionalista pelo risco de serem chamadas de retrógradas ou reacionárias. Eu mesmo já fui classificado de regionalista tacanho por expor posições que não são somente minhas, mas de muita gente que pensa e produz idéias no Nordeste e também na Amazônia. Várias dessas pessoas figuram entre meus entrevistados e algumas delas lembram que nos anos recentes de crise a economia nordestina tem se portado melhor que a nacional, persistindo, contudo, os graves desníveis *per capita* do país. Um fato digno de nota nesse contexto é que o problema da dívida externa diz respeito proporcionalmente menos ao Nordeste que ao Sudeste ou ao Sul, uma vez que a contração de empréstimos externos pelo Brasil, nos anos de endividamento rápido, teve muito mais a ver com empreendimentos fora das fronteiras nordestinas. A questão é que pertencer a um país como o Brasil não gera apenas benefícios, mas provoca custos substanciais. O assunto já foi objeto de estudos (ver, por exemplo, Leff, 1972) e não pode ser esquecido. O fato de no Brasil haver uma única taxa de câmbio frente ao dólar americano, por exemplo, que vale para São Paulo e Pará, não é um sintoma de boa saúde econômica, em face dos fatores que condicionam a formação do preço de equilíbrio cambial em um e outro estado. Prevalecem, no caso, para fixação da taxa nacional, as forças de oferta e procura do estado de maior potência econômica, evidentemente. Este é apenas um dado a sublinhar que a heterogeneidade estrutural do Brasil, reconhecida por dois terços dos entrevistados, é reforçada pelas políticas nacionais que não diferenciam as regiões quanto às suas peculiaridades sócio-econômicas. Daí, a tendência ser para o agravamento, e não para a neutralização, dos fenômenos de desequilíbrio inter-regional do país.

É essa realidade que separa visceralmente os habitantes da periferia regional brasileira dos seus compatriotas de São Paulo e

que faz uma canção como Nordeste Independente levantar brios regionais. Brios esses, aliás, que vez por outra espocam com a mesma intensidade em manifestações cada vez mais ousadas de desafio ao tabu da integridade nacional. Ainda recentemente, o prefeito da cidade pernambucana de Tuparetama, Pedro Torres Tunu, do PFL, na região sertaneja do Pajeú, defendeu abertamente a separação do Nordeste do restante do país, inconformado com a falta de providências do governo federal em face da seca, declarando: “Eu defendo, para a situação de fome e miséria em que se encontra o Sertão, uma solução urgente. Se isso for defender a separação de direito, já que de fato ela existe, então eu sou defensor [do separatismo]” (*Jornal do Commercio*, Recife, 02 de março de 1993, p.5). Note-se que não é feita abertamente, no caso, uma invocação do separatismo. Ela vem disfarçada na argumentação alimentada pelo desespero em virtude da situação de calamidade de seca, um elemento que tem sido associado, por sua vez, à chamada “indústria da seca” e levado muitos pesquisadores a pinçar daí a conclusão de que o regionalismo nordestino é conservador, comprometido com o *status quo* e, por isso, merecedor de combate. Se formos pensar dessa maneira, pode-se aludir ao fato de que a doutrina de segurança nacional — entranhadamente conservadora, reacionária e superada pela modernidade —, que confere caráter quase sacrossanto à unidade do país, a sua integração, justificaria chamar os críticos do regionalismo de conservadores, reacionários, arcaicos. Obviamente, não é por aí que a discussão deve prosperar. Assim, nada mais sensato do que reconhecer a realidade dispar do Brasil, sua heterogeneidade, e avaliar até onde o regionalismo leva ao separatismo, procurando ver inclusive se há sentido nas propostas de divisão do país.

Foi com esse propósito que introduzi no meu questionário tanto a música *Nordeste Independente* quanto o tema do separatismo. Os entrevistados no levantamento — que não foi aleatório, e sim obedeceu claramente ao procedimento intencional — reagiram de várias formas às perguntas correspondentes. Houve desde respostas que consideram a música de Tavares e Vila Nova, por exemplo, como “perigosa ameaça à unidade nacional” até a de um economista com doutorado nos Estados Unidos que a classificou de “maravilhosa”. Mas as posições assumidas estão longe da uniformidade. Respostas houve sobre a canção como a de que a música “toca em questões profundas”, é “válida, porém confunde

a problemática nordestina”, “tem forte apelo político”, “mostra a revolta do povo nordestino por seu atraso, sua miséria”, “é inocente”, “tem forte apelo popular”, “expressa revolta”, “expressa um sentimento de vida melhor”, “protesta contra a discriminação”, é “superficial, provinciana, simplista, patrioteira, ingênua”, “leva a pensar nos problemas do Nordeste”, trata-se de “um brado coletivo, uma reivindicação de todo um povo cansado do regime colonialista a que vive condenado o Brasil”, é “um horror: escamoteia a realidade, afirma uma unidade nordestina que não existe e propõe uma solução absurda”, representa “um hino contra a arrogância do Sul-maravilha”, é “muito ruim; trata-se de música ideológica julgando que a separação é a solução”, exprime “uma consciência da ordem política dos problemas”, é “coerente e consistente”. Não dá efetivamente para traçar a partir daí um perfil equilibrado da canção, havendo a seu respeito posições tão radicais como as dos que a endeusam e dos que a denunciam como patrioteira. Alguns entrevistados revelaram não saber de sua existência e um, que fazia doutorado na Europa na ocasião, escreveu: “Tenho até vergonha de dizer que não conheço a música”. Enfim, a impressão que se tem é do reconhecimento do problema regional, traduzido — para uns — pela poesia popular ou, para outros, por ela escamoteado.

No que toca ao separatismo, dos 36 entrevistados, 17 se colocaram frontalmente contra a idéia, 2 completamente a favor, 13 advogaram “maior autonomia regional” — ou um separatismo *light* — e 4 propuseram soluções variadas. Isso mostra que inexistente o sentimento separatista na elite intelectual nordestina (a bem da verdade, só 32 — ou 89 por cento — dos meus entrevistados vivem no Nordeste), muito embora não se possa afirmar que o mesmo seja verdade em relação ao cidadão ou à cidadã comum. De qualquer forma, o fato de 13 entrevistados advogarem “maior autonomia regional”, ou seja, manifestarem insatisfação com o federalismo brasileiro, ao lado de 2 entrevistados que são abertamente favoráveis à separação, deve ser motivo de consideração apropriada. Lembra-se hoje no Brasil que seria absurdo pensar em separatismo no país — quando a Europa procura superar suas fragmentações a fim de enfrentar os desafios da economia globalizada. Esta foi a posição inclusive de um entrevistado (economista) na pesquisa. Acontece que o projeto de Europa unida procura a uniformização de padrões de evolução econômica entre os países da Comunidade Européia. A existência de um Portugal ou uma Grécia e mesmo de uma Espanha

“em desenvolvimento” é incompatível com a solidez econômica que se procura para a nova superpotência. Este, evidentemente, não é o caso da realidade brasileira, com suas terríveis, crescentes e cada vez mais insuperáveis segmentações e clivagens. A defesa da unidade nacional do país tem muito a ver com um proclamado - e oco - orgulho de se viver em um país de “dimensões continentais”, com riquezas incalculáveis em seu subsolo... Essa postura foi encontrada em número amplo de entrevistados da pesquisa, como na resposta de uma artista consultada que declarou sua vaidade de dizer-se “brasileira — do Nordeste”, o que não ocorreria se dissesse ser apenas nordestina.

4. CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho não é panfletário. Nem penso estar com ele introduzindo uma reflexão original sobre a questão das distâncias humanas e culturais — para não falar das sociais e econômicas — que separam as regiões brasileiras. Tais distâncias fazem com que no Nordeste, por exemplo, se pense no ônus que é fazer parte de um país como o Brasil. E fazem também com que, em São Paulo, se questione o “peso” que o Nordeste representa para o núcleo mais desenvolvido do país. Isto se reflete na dificuldade de fazer com que nortistas e sulistas brasileiros se sintam perfeitamente irmanados em torno de ideais comuns. Quando se critica a “indústria da seca”, se esquece que no centro dinâmico do país existe a “indústria dos investimentos”, uma indústria que permite que se construa uma Ferrovia do Aço, mas que chia quando se propõe uma Ferrovia Norte-Sul. Sem dúvida, são cada vez mais escassos os motivos que fazem com que um brasileiro de Juazeiro do Norte — da terra de Padre Cíçõ (Cícero) — experimente os mesmos sentimentos de pátria de um habitante de Ribeirão Preto (a menos que ele seja nordestino, e aqui vai se cair na questão da identidade).

Minha experiência como habitante do Nordeste, como pesquisador e como cidadão brasileiro não pode esconder o fato de que o Brasil, em termos regionais, é um país extremamente desigual, e não apenas plural. O único elemento que verdadeiramente unifica o país é a língua portuguesa, falada de maneira razoavelmente uniforme em todo o território nacional. (Roberto DaMatta, 1984, seguramente reconhece maiores e mais profundas afinidades entre

os brasileiros.) Ainda assim, porém, uma antrópologa entrevistada no meu levantamento observou que viajando “por terra, por várias vezes, o país inteiro”, chegou “a duvidar, em ocasiões e situações diversas, até mesmo de nossa unidade linguística, haja vista alguns quase-dialetos com que” se deparou. Quem percorre o sertão nordestino, percebe como aí é generalizado o culto do Padre Cícero e se reverenciam figuras do tipo de Lampião e Luís Gonzaga, o sanfoneiro. Tem razão Ariano Suassuna, em sua obra literária, como no *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* (1972), ao evocar as estórias de príncipes e reis que povoam o imaginário nordestino, um imaginário que o distingue nitidamente dos outros brasileiros. Tudo isso conduz à caracterização de uma identidade regional que, por cima de diferenças de classe e de níveis de vida, conduz a certa homogeneidade de valores humanos na região.

É no âmbito dessa realidade que sentimentos de autonomia regional, às vezes beirando propósitos separatistas, manifestam-se no Nordeste. Na verdade, cansa pertencer a um país como o Brasil, em que é preciso pedir permissão a Brasília — que funciona como verdadeira corte — para realizar as mínimas coisas. Nesse sentido, é vantagem se viver no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte ou Goiânia, de onde se chega de modo mais barato, mais rápido e, pois, mais fácil, à capital federal. Assim, é também mais rentável exercer pressão ou fazer lobby se se está no Centro-Sul do Brasil, comparativamente a quem está em Fortaleza, Recife, Belém e, mesmo, Salvador. Não é sem razão que se aplaude de modo alegremente voluntário a significativa canção *Nordeste Independente*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBÓ, Xavier, 1988. “Nuestra Identidad a Partir del Pluralismo en la Base”. In Fernando Calderón (org.), *Imágenes Desconocidas. La Modernidad en la Encrucijada Postmoderna*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), pp. 37-48.
- CANO, Wilson, 1977. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel.
- _____, 1985. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial*

no Brasil: 1930-1970. São Paulo, Global; Campinas, Editora da Unicamp.

CARVALHO, Inaiá, 1987. *O Nordeste e o Regime Autoritário: Discurso e Prática do Planejamento Regional*. São Paulo, HUCITEC-SUDENE.

CAVALCANTI, Clóvis, 1978. "Piauí: Bolsão de Miséria no Nordeste do Brasil". In Werner Baer, Pedro Geiger e Paulo Haddad (eds.), *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus.

_____, 1985. "Brasil do Brasil: Desigualdades Regionais no Ensino e Pesquisa em Pós-Graduação das Ciências Sociais". *Revista Econômica do Nordeste*. 16(3), jul./set., pp. 407-428.

DAMATTA, Roberto, 1984. *O que Faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Salamandra (edição especial da Fiat Automóveis).

DANTAS, Leonardo, 1987. "Quem Já Foi Mais". *Diário de Pernambuco* (Recife), 21 dez.

GALVÃO, Olímpio, 1987. *Regional Development in Brazil: A Study of Economic Integration in an Unevenly Developed Country*. Tese de doutorado. Londres, University College London.

GONSALVES DE MELLO, Neto, José Antônio, 1985. "Comentário". In COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*, v.9.

Gravier, J.F. 1970. *La Question Regionale*. Paris, Flammarion.

GUIMARÃES NETO, Leonardo, 1989. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste (da Articulação Comercial à Integração Produtiva)*. Recife, Massangana.

LEFF, Nathaniel H., "Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Regional: Origens do Caso Brasileiro". *Revista Brasileira de Economia*, 26(1), jan./mar., pp. 3-22.

OLIVEIRA, Francisco de, 1977. *Elegia para um Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a.ed.

OTAMAR DE CARVALHO, José, 1985. *O Nordeste Semi-Árido: Questões de Economia Política e de Política Econômica*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.

PIMES, 1984. *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. Recife, SUDENE.

Recife, março de 1993.